

Eleição e Regime

RE
M
ID

Estamos na luta e preciso se faz levá-la até ao fim. Mas não exclui esta necessidade vital, que façamos, no fragor dela, as observações que os acontecimentos nos sugerem. Se não aprendermos com a experiência, que mais nos poderá valer?

Assim, é uma fonte de corrupção política a eleição directa do Presidente da República. É-o pela natureza do cargo no actual sistema de governo; é-o, também, por ser popular a eleição. Tem-se definido o presidencialismo e, especialmente, o presidencialismo latino-americano, como uma ditadura constitucional. Tudo senão em teoria — a teoria é a da divisão dos poderes — pelo menos na política, depende do Presidente da República. Ele é o árbitro, ele é o senhor do que se deve ou não deve fazer; ante a sua vontade se curvam, por inoperantes, as demais vontades. O presidente da República é um ditador, que tem sobre os demais ditadores a vantagem de escudar-se na constituição. Corresponde ao antigo monarca constitucional, antes do advento do sistema parlamentar, com a única diferença de ser temporário, em vez de vitalício. Daí a excepcional importância que apresenta a sua eleição. Todos os interesses, dos mais legítimos aos mais esquinios, se assanham nesta conjuntura. Se um homem há que quase tudo pode no país, quem não o procurará ter de sua mão, e tanto mais, quanto maior a soma dos seus interesses?

Este é o vício capital do sistema. Nêle não se elege um magistrado, designa-se um ditador, ante o poder do qual todos se hão-de curvar. Inevitável se torna, destarte, a corrupção: antes da eleição, corrupção depois da posse.

Este mal ingênito do regime agrava-se sobremodo pelo processo de escolha do Presidente da República. Nenhum poderia oferecer suficientes garantias, mas a eleição popular aumenta o mal, por estender demasiado o campo da corrupção. Antigamente, quando o voto era uma ficção, resolvia-se o problema nos conciliábulos políticos. Baldava-se a reacção contra semelhante prática, justamente por lhe faltar a base eleitoral. A compreensão, as atas falsas supriam ou anulavam a manifestação do eleitorado. Agora é o voto uma realidade. Emite-se e apura-se, embora não com as desejáveis garantias. Mas é esta realidade do voto o que torna a corrupção mais grave. Nesta contenda, em que o que importa é vencer, porque da vitória decorre o mais, nesta contenda tem maior possibilidade de vencer, não o melhor candidato, mas o que disponha de mais abundantes recursos para convencer ou corromper. Convence-se com promessas, facilidades, favores; corrompe-se com a propaganda.

Como? — perguntará o leitor. Convence-se com favores, corrompe-se com propaganda? Não há nisto uma inversão? Pareceria que com a propaganda se há-de convencer e com favores se há-de corromper. Mas quem se não deixará convencer por favores, se em busca déles anda? E quem se passará à corrupção, do entendimento, com esta propaganda infernal, pura barulheira hipnotizante, sem idéias e sem ideal, que aturde, em vez de esclarecer?

A isto nos trouxe o regime. Procuremos eleger agora o melhor, o mais honesto, o mais provavelmente democrata dos presidentes; procuremos eleger, da mesma forma, o melhor dos governadores. E não só. Procuremos eleger também os melhores representantes. Mas sem perder de vista que a necessidade capital e urgente é reformar as instituições representativas.